

A CIÊNCIA E A ARTE DA POLÍTICA

Nelson de Sousa Sampaio

Professor da Universidade da Bahia

Não podemos desvendar com relativa precisão o panorama atual da Ciência Política sem saber qual o campo de estudos abrangido sob essa denominação. Na verdade, é essa a primeira dificuldade — e das maiores — com que se defrontam os estudiosos, e devemos reconhecer que nenhum dêles conseguiu fixar definitivamente os limites dêsse domínio de conhecimentos, de modo que silenciasse as velhas discussões e litígios de fronteiras.

Isso não tem impedido que a expressão “Ciência Política” vá adquirindo cada vez maior curso em currículos universitários, em títulos de obras e até na linguagem corrente. Até bem pouco, seu emprêgo, na forma singular, circunscrevia-se aos países anglo-saxônicos (em especial, aos Estados Unidos), onde encontramos a *Political Science* dando nome a muitas obras ou a cursos e departamentos de suas universidades. Mesmo na França, onde parece preferido ainda o plural da expressão, como vemos no título da sua mais famosa instituição de estudos políticos, a “Fondation Nationale des *Sciences Politiques*”, criada em 1945, a forma singular vai rapidamente ganhando terreno em vários autores e na denominação de alguns periódicos (1).

(1) Entre as obras assim rotuladas, lembremos a de Burdeau, *Traité de Science Politique*, já no 5.º volume, e a de Maurice Durverger, *Manuel de Droit Constitutionnel et de Science Politique*. Entre os periódicos: *Revue du Droit Public et de la Science Politique* e a *Revue Française de Science Politique*. A associação dos especialistas franceses em estudos políticos também usa a mesma fórmula, chamando-se *Association Française de Science Politique*.

Essa voga da expressão é reflexo do interesse crescente por êsses estudos que se nota depois da última Guerra Mundial. Em vários países, os estudiosos de matéria política reuniram-se em associações nacionais de Ciência Política, a exemplo da primeira sociedade dêsse gênero, a cinquentenária *American Political Science Association*. Desde 1950, existe também uma Associação Internacional de Ciência Política. Sintoma ainda mais revelador dêsse interesse deve ser visto na circunstância de ter sido a Ciência Política a primeira das ciências sociais escolhida pela UNESCO para um amplo inquérito referente ao seu estado de adiantamento, quanto aos métodos e ao ensino, em diferentes países, inclusive o nosso. Os especialistas que organizaram as bases dessa *enquête* aconselharam que nela fôsse empregada a expressão "Ciência Política", no singular, para rotular o campo da pesquisa.

O DOMÍNIO DA CIÊNCIA POLÍTICA SEGUNDO A UNESCO

Mas os interessados na matéria, sobretudo os leigos, que folhearam a meia centena de respostas mais interessantes, dadas a essa *enquête*, e publicadas pela Unesco, sob o título *A Ciência Política Contemporânea* (2), não poderão deixar de esconder certa decepção pela grande variedade, senão desencontro, de opiniões quanto ao objeto e métodos da Ciência Política. Habitados ao sentido usual do termo "ciência" no domínio da matemática e do mundo físico, êles estranhariam, certamente, que se chamasse de científico um corpo de conhecimento cujos temas, grau de certeza, processos de pesquisa e prática de ensino variam de nação para nação, e entre estudiosos de um mesmo país. Os organizadores do inquérito não desconheciam que êsse desacordo quanto à extensão da Ciência Política constituia a primeira dificuldade do seu empreendimento, ainda que êste se limitasse ao âmbito de um só país. Numa pesquisa de raio internacional, essa dificuldade deverá apresentar-se multiplicada.

(2) *La Science Politique Contemporaine*, Publication n.º 427, Unesco, 1950

Buscar um critério teórico de delimitação da Ciência Política pareceu, sem dúvida, aos especialistas da Unesco, que seria ingressar em discussões intermináveis, além do risco de possível cerceamento dos resultados do inquérito, pela imposição prematura, ou talvez dogmática, dos seus limites. Havia, entretanto, à mão, na América do Norte, país pioneiro no ensino da Ciência Política, uma tradição universitária que poderia servir de guia no assunto. Foi dela que se serviu a Unesco, pois as matérias que arrolou para objeto da *enquête* correspondem, mais ou menos, às que geralmente encontramos nos "departamentos" de Ciência Política de universidades norte-americanas. O quadro que organizou é o seguinte:

I — TEORIA POLÍTICA:

1.º — a teoria política; 2.º história das idéias políticas;

II — INSTITUIÇÕES POLÍTICAS:

1.º — a constituição; 2.º o governo central; 3.º o governo regional e local; 4.º a administração pública; 5.º as funções econômicas e sociais do governo; 6.º as instituições políticas comparadas;

III — PARTIDOS, GRUPOS E OPINIÃO PÚBLICA:

1.º os partidos políticos; 2.º os grupos e as associações; 3.º a participação do cidadão no governo e na administração; 4.º opinião pública;

IV — RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

1.º a política internacional; 2.º a organização e a administração internacionais; 3.º o direito internacional.

O OBJETO DOS ESTUDOS POLÍTICOS

Êsse rol de matérias não nos fornece, entretanto, uma visão de unidade nem, muito menos, uma idéia precisa da Ciência Política. Para que consigamos aproximar-nos de uma conceituação mais rigorosa será mister partirmos do objeto dos estudos políticos. Tentemos, pois, êsse caminho.

Tôda sociedade provê, por diferentes meios, inclusive pelo emprêgo da fôrça física, à sua defesa contra grupos estranhos e à imposição de um mínimo de coesão e cooperação de seus membros, variável segundo as épocas e as condições reinantes. Todos os fatos dessa natureza formam as funções *políticas* de uma sociedade. Deixemos de lado o problema se tôda sociedade dispõe de uma estrutura organizada para o desempenho dessas tarefas, ou se certas sociedades primitivas, como alguns crêm, realizam essas funções por uma reação de conjunto dos seus componentes. O certo, porém, é que, depois de determinado avanço social, não se encontra nenhuma sociedade em que essas funções não estejam entregues a um ou mais órgãos próprios, que se nos apresentam como uma estrutura de poder, detentora do monopólio legal da fôrça física dentro de determinado território. O órgão do poder político é formado por vários indivíduos ou por um só, embora esta última hipótese seja, geralmente, mais nominal do que efetiva. Tais pessoas estão investidas da faculdade de impor aos demais determinadas formas de conduta ou de exigir obediência às suas ordens. Tôda essa aparelhagem de mando forma o govêrno, ou autoridade se encarada quanto aos seus representantes. Um grupo territorial organizado para realizar essas tarefas é o que se chama Estado. Já se vê que nesta descrição estamos reduzindo-o à mínima expressão, às suas funções essenciais, sem levar em conta tôdas as outras missões que passa arrogar-se, — como vemos no mundo de hoje —, em complemento ou como meios de atingir aqueles objetivos.

O Estado, porém, não é o único grupo resultante do fenómeno do poder político. Há uma variedade de outros grupos, de maior ou menor grau de organização, tanto no plano intra-estatal como supra-estatal, tais como as divisões políticas de um Estado, os partidos políticos, as facções, ou as associações de Estados. Acrescente-se que grupos ou instituições não primordialmente políticas, pelo menos de modo ostensivo, podem agir politicamente, como uma igreja, um sindicato, ou qualquer outro.

O comportamento humano em face do poder assume diversos aspectos, se bem que, em geral, o homem prefira mandar à obedecer, o que dá lugar a uma luta pelo poder, oriunda do desejo de conquistá-lo como um fim em si ou pelas vantagens de toda ordem que ele possa propiciar para a obtenção de outros fins cobiçados. Pode-se mesmo falar, politicamente, de uma distribuição hierárquica dos indivíduos e grupos, segundo a distância em que eles se acham do ápice do poder ou segundo a capacidade de influir em suas decisões.

A política, em seu sentido amplo, engloba toda essa gama da conduta humana em relação ao poder. Desde as associações, instituições e grupos, nascidos para organizar o poder ou para agir sobre ele, até toda e qualquer atividade visando a conservar ou modificar a distribuição do poder político num Estado ou, — no caso de política externa —, entre os Estados. Tanto faço política ao pedir um voto, ao tentar formar um partido político, ao apoiar um governo, ao defender uma aliança militar, como ao criticar o governo, fazer uma conspiração, entrar numa revolução ou mesmo ao procurar extinguir, como um anarquista, toda forma de dominação política. Ainda a atitude de indiferença em face do poder não deixa de ser política, e, embora de caráter negativo, interessa de igual sorte ao estudioso, pelas consequências que acarreta no estado das relações de prestígio e mando políticos.

O DIREITO POLÍTICO, A FILOSOFIA POLÍTICA E A SOCIOLOGIA POLÍTICA.

Esse vasto campo dos fenômenos políticos pode ser encarado sob diferentes pontos de vista como objeto de conhecimento. Deixando de lado a História Política em qualquer das suas espécies (História dos acontecimentos políticos, História das instituições políticas e História das idéias políticas), que serve de material para os demais estudos políticos, podemos distinguir três distintas posições teóricas em face dos processos e das instituições políticas: a jurídica, a filosófica e a sociológica. Em outras palavras, podemos distinguir o Direito Político, a Filosofia Política e a Sociologia Política.

Quando nos colocamos no plano jurídico, indagamos quais as normas de direito a que devem obedecer as instituições políticas ou quaisquer formas de conduta política. Que normas definem a composição e a competência dos órgãos do Estado, quais os preceitos que regem as relações internacionais, quais os requisitos legais para que fundemos um partido ou nos candidatemos a um cargo eletivo? Tôdas as questões dessa ordem interessam precìpuamente ao jurista e não ao filósofo ou ao sociólogo. As informações sôbre êsses problemas podem ser úteis e servir até de ponto de partida ao filósofo e ao sociólogo da política, mas não constituem objeto da sua pesquisa as regras jurídicas e sua interpretação. As perguntas dessa natureza são respondidas pelo que podemos denominar Direito Político, dando a esta expressão um sentido amplo que abrace o Direito Constitucional, o Direito Eleitoral e o Direito das Gentes (3).

Temos, porém, interrogações de natureza filosófica sôbre os fenômenos políticos, tais como: qual a essência do Estado ou de qualquer fenômeno político? que lugar ocupa o Estado entre os fenômenos do universo? é possível o saber ou a Ciência Política? qual a justificação do Estado? qual o Estado ideal? Eis perguntas cujas respostas não competem nem ao jurista nem ao sociólogo. Elas transcendem os domínios do Direito e da Sociologia, e sômente pode respondê-las ou tentar respondê-las a Filosofia Política, como especialização da Filosofia Geral.

Já ao sociólogo o que interessa são as correlações que *de fato* se verificam quanto à coexistência ou sucessão dos fenômenos políticos entre sí ou com os demais fenômenos da natureza e da sociedade. Pertencem-lhe indagações como estas:

(3) Para fins de organização de curriculum escolar, pode-se incluir nessa seara o Direito Administrativo e mesmo o Direito Financeiro, como fazem os departamentos de Ciência Política de universidades norteamericanas. Numa caracterização restrita do Direito Político, êsses ramos do Direito são geralmente excluídos. Para que se faça uma idéia das variações terminológicas, lembremos que essa expressão, — Direito Político —, é tradicionalmente empregada pelos autores espanhóis numa acepção amplíssima para designar todo o campo dos estudos políticos, enquanto também é comum encontrarmos nas obras de "Direito Constitucional" francesas o tratamento do Estado sob todos os pontos de vista, tanto o jurídico como o sociológico e o filosófico.

quais as influências do ambiente natural, da localização geográfica ou das condições demográficas sobre a estrutura política? que fatores concorrem para uma ordem igualitária, para um sistema de privilégios ou para um regime liberal? que fatores contribuem para as crises revolucionárias ou para a estabilidade política? que relação existe entre a economia e a política, ou entre esta e a técnica, entre a política e a religião? Perguntas dêsse jaez devem ser respondidas pelo sociólogo através de uma pesquisa empírica, mediante o estudo dos fatos passados, cujo material é fornecido pela História, ou mediante a investigação dos fatos do presente, reunidos pelas diferentes técnicas de observação. Não é tarefa para o filósofo, que especula sobre a essência ou sobre o ideal, nem para o jurista, que aponta e interpreta as normas que *devem* reger a vida política, mas, sim, para quem se propõe a dizer-nos o que *efetivamente* acontece ou tende a acontecer na vida política. No estudo dos fatores do poder e do prestígio político, o sociólogo deverá tomar uma atitude de neutralidade diante dos valores políticos. Se poderá ter, como cidadão e como homem de senso ético e político, as suas preferências ou os seus padrões políticos, a defesa dêstes não compete ao sociólogo, mas ao filósofo. O sociólogo só estuda as preferências e os ideais como elementos atuantes da realidade política, ou seja, quando eles também podem ser encarados como *fatores* do poder, nas suas consequências e efeitos visíveis sobre o palco da vida política. Em suma, estuda os valores ou ideais políticos vigentes em determinada sociedade e não os que *deveriam* vigor de acordo com as suas preferências pessoais. Num exemplo concreto, não lhe cabe justificar ou condenar a tábua de valores políticos do nazismo, mas sim investigar as suas origens, os fatores da sua ascensão ou do seu declínio.

Essa diferença de ângulo de visão obriga o sociólogo a não se satisfazer, como o jurista, com a simples descoberta dos detentores nominais do poder. Interessa-lhe, sobretudo, saber qual o detentor ou os detentores reais do poder, que se escondem sob a sua distribuição nominal. Juridicamente, o poder supremo pode estar confiado a um monarca, mas o fulcro do poder efe-

tivo pode encontrar-se em mãos de uma camarilha de cortesãos. Os partidos ou os parlamentos podem aparecer como os atores da cena política, mas, atrás dêles, a pesquisa sociológica poderá revelar que os verdadeiros focos de decisão política são os sindicatos, as forças armadas, o clero, ou um grupo de plutocratas. Assim, para quem encarasse, com olhos apenas jurídicos, o sistema soviético até 1941, dificilmente poderia enxergar em Stalin um ditador, pois somente a partir dêste ano passou êle a ocupar um posto chave na organização constitucional do Estado — o de presidente do Conselho dos Comissários do Povo (atualmente, primeiro ministro) —, tendo permanecido até êsse ano como “simples” secretário geral do Partido Comunista.

A CIÊNCIA POLÍTICA NO SENTIDO AMPLO E NO SENTIDO RESTRITO

Mas já será tempo, depois dessa enumeração de esferas dos estudos políticos, para que voltemos à interrogação inicial do conceito de Ciência Política. Num sentido amplo, a Ciência Política é o estudo dos problemas políticos sob todos os seus aspectos, reunindo, pois, numa espécie de enciclopédia política, o Direito Político, a Filosofia Política e a Sociologia Política. Numa conceituação restrita, mais rigorosa quanto ao emprêgo do termo “ciência”, ela abrange apenas o estudo empírico da política, ou seja, a Sociologia Política. É a esta que vamos dedicar, a partir dêste momento, maior atenção, conservando essa denominação particularizante, — a de Sociologia Política —, e reservando a expressão mais genérica de Ciência Política, a não ser quando ressalvamos expressamente, para rotular o estudo de tôdas as indagações referentes aos fatos políticos.

Geralmente é difícil encontrar escritores e trabalhos que se tenham limitado rigorosamente a uma dessas facetas dos assuntos políticos. Por essa razão foi que a Sociologia Política nasceu, de certo modo antes do nome, sendo justo dizer-se que a visão sociológica começou pelo estudo da realidade política, como sucedeu com os filósofos gregos, embora para isso tenha concorrido a idéia helênica da *polis* como organização absor-

vente do indivíduo sob todos os seus aspectos, e coincidente, portanto, com o todo social. Até o século passado, quando a Sociologia começou sua vida autônoma, não se deixou de fazer considerações de ordem *sociológica* sobre a vida política, nas obras dos filósofos como na de historiadores e juristas.

Ainda hoje, a preferência por um ou outro sector dos estudos políticos parece variar de país para país. Talvez se possa afirmar, a grosso modo, que na França tem predominado o estudo dos temas jurídicos da Ciência Política em detrimento das questões sociológicas, que, entretanto, começam a despertar crescente interesse após a Segunda Guerra Mundial. Em compensação, a tendência empirista dos anglo-saxões os tem levado a um maior cultivo das pesquisas sociológicas do mundo político, embora na América do Norte seja também considerável a produção no terreno do Direito Constitucional. Nos autores de língua alemã, tanto os temas jurídicos como os filosóficos e os sociológicos são comumente tratados sob a designação de Teoria Geral do Estado, sendo a escola lógico-normativista de Kelsen a mais saliente exceção a essa tendência predominante, uma vez que empresta a essa disciplina um caráter exclusivamente jurídico, em consonância com a sua maneira de ver que identifica o Estado com um sistema autônomo de normas jurídicas.

A POLÍTICA, CIÊNCIA DA CRISE

O estudo empírico da política vem assumindo cada vez maior incremento a partir de cerca de um século atrás, tendo adquirido grande impulso após a última Guerra Mundial, como já observamos. Esse interesse pelos estudos políticos vale, porém, por um sintoma de que as dificuldades encontradas na vida política são maiores do que as normalmente existentes, se aceitarmos a conhecida caracterização de que a Sociologia é uma ciência de crise, ou seja, a observação de que a crise desperta a consciência dos problemas da sociedade e leva a um esforço de compreensão teórica, na esperança de encontrar receitas úteis para a reconquista da estabilidade social ou para sanar os desajustamentos mais alarmantes.

É o anormal que desperta maior atenção e torna mais fácil o estudo de qualquer fenômeno. Da mesma sorte que são os problemas levantados pelos distúrbios da saúde que mais têm provocado os avanços da fisiologia, e os estudos dos desajustes psíquicos que mais têm concorrido para o progresso da psicologia, também são as crises sociais que mais têm contribuído para aguçar a inteligência dos fatos sociais. Na vida da sociedade, como na vida do indivíduo, não se procuram receitas quando tudo corre na forma de costume normal. Mas, quando a organização social e política sai dos trilhos das fórmulas tradicionais, ou quando as velhas crenças já não lhe servem de esteio, começa-se a ter uma consciência mais aguda dos problemas da sociedade e a apelar para métodos mais racionais ou mais eficazes de resolvê-los. O cataclisma da Revolução Francesa e suas repercussões subsequentes convenceram a Comte da necessidade de buscar novos alicerces para a civilização, ou novos vínculos para o consenso espiritual, indispensável para uma sociedade estável, e cada vez mais difícil depois que surgiram as mais desencontradas concepções do mundo após a quebra da cosmovisão medieval e o fracasso da tentativa de realizar os lemas revolucionários da razão abstrata. Pareceu-lhe que a ciência positiva, que já vinha transformando o ambiente natural do homem, estaria fadada a desempenhar êsse papel de reconstrução no mundo da sociedade. Volta-se para a Sociologia, — a ciência empírica da convivência humana —, como o coroa-mento do universo científico, pois o seu lema seria, como o das outras ciências positivas, o de “saber para prever, e prever para prover”.

Na seara política, essa idade crítica quase sempre coincide com a passagem de uma ordem tradicional e aristocrática para uma ordem racional e democrática, que estimula aquela preocupação de saber teórico e pragmático ao mesmo tempo, ou seja, a ânsia de compreender os fatos políticos para melhor atuar sobre eles. Numa sociedade em que o destino político de cada qual já se encontra pré-traçado pelo sangue ou pelo nascimento, poucos se interessarão pela Ciência Política. Esta se limitará a uma parte da educação do príncipe, ou será útil apenas

aos cortesãos que desejem atrair o seu favor. Quando, porém, os postos de mando podem ser alcançados por qualquer cidadão, pelo seu mérito pessoal ou pela arte de conquistar a preferência dos eleitores, então o conhecimento da vida política passa a ser olhado como um útil instrumento de orientação na vida pública.

Não foi por outro motivo que os estudos políticos aumentaram a partir do Renascimento, impulsionados sobretudo na Itália, a região mais dilacerada, nessa época, por tormentas políticas internas e externas. Em meio desse mundo, que orgulhosa e impetuosamente começava a voltar as costas para o passado, Machiavelli investiga, com a História na mão, as regularidades da política, com o intuito de encontrar uma base teórica para uma técnica do poder. Se é verdade que põe as suas receitas a serviço do "príncipe", também é exato que considerou qualquer usurpador feliz como legítimo para o desempenho desse papel, que exigia mais dotes pessoais do que requisitos de linhagem. Nem desconhece êle, mesmo em *O Príncipe*, mas sobretudo nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, que o povo é o côro atuante no drama político, e de onde, muitas vezes, saem os seus protagonistas. Depois dêle, torna-se cada vez maior o número dos que se dirigem, como Rousseau, ao cidadão anônimo, e mesmo os que pretendem realçar a missão das elites quase sempre admitem que estas se definem mais pelas aptidões do que pelo sangue.

Num clima semelhante à crise do Renascimento ou ao advento da democracia moderna, foi que nasceu originalmente a Ciência Política no Ocidente, na Grécia do sec. V A.C., quando a democracia direta de Atenas se alargou, tornando os cargos públicos acessíveis também aos não privilegiados de nascimento, mas que fôssem capazes de influenciar as multidões, pela arte oratória ou pela habilidade da conduta política. Os sofistas, que se propuseram a ensinar aos seus discípulos os caminhos do êxito político, sentiram também a necessidade de estudar as formas e condições da organização política. Tornaram-se, pois,

mestres de Política, reunindo um grande acêrvo de observações e reflexões que cresceu até a grande construção teórica de Aristóteles.

A SOCIOLOGIA POLÍTICA DE ARISTÓTELES E A DOS NOSSOS DIAS

No bojo da Ciência Política do filósofo estagirita há uma notável parte de estudos empíricos que podem, sem exagero, hombrear-se, quanto à validade de muitos de seus resultados e métodos, com as melhores produções da Sociologia Política da nossa época. Diferentemente do que sucede no confronto entre as ciências naturais de hoje e as investigações de Aristóteles nesse domínio, a sua Sociologia Política não parece ter a mesma idade dos seus estudos da natureza. Aparenta ainda uma fisionomia de quase contemporânea nossa, nos seus traços essenciais, como se mais de dois milênios não tivessem transcorrido desde o seu nascimento. A ação do tempo somente se nota em aspectos secundários. De fato, confrontada com a obra de Aristóteles, as diferenças da Sociologia Política dos nossos dias talvez não passem destes quatro pontos: I) mais rigorosa delimitação dos seus domínios; II) ampliação do seu repertório de problemas; III) maior consciência das suas limitações; IV) maior variedade e refinamento das técnicas relativas à coleta de dados.

I — O primeiro ponto é a exigência de clara demarcação de fronteiras, essencial para que a Sociologia Política tenha o seu domínio próprio. Isso envolve o cuidado, por parte do pesquisador, de não confundir suas investigações empíricas nesse terreno com as preocupações normativas do jurista ou com a procura de padrões ideais do filósofo político. Nos livros IV a VI da *Política*, Aristóteles já nos dá o exemplo dessa atitude de afastamento das questões éticas e jurídicas, e, em certas passagens, ao estudar os meios de estabilidade dos diferentes regimes políticos, sobretudo quando analisa os recursos dos tiranos para conservar o poder, seu realismo iguala ao das mais famosas páginas de Machiavelli. Apesar disso, repontam constante-

mente, em meio do seu estudo da realidade, as considerações do seu ideal político, não se refreando, como procura fazer o sociólogo moderno, de adjetivar êsse ou aquele regime de “pior” ou “melhor”.

AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO DE PROBLEMAS DA SOCIOLOGIA POLÍTICA MODERNA

II — Embora a Ciência Política hodierna, ainda na sua acepção ampla, seja mais limitada do que o seu conceito grego, e, conseqüentemente, a Sociologia Política moderna tenha contornos mais precisos, o rol dos seus problemas tem crescido, — o que é perfeitamente compreensível se nos recordarmos que os temas políticos são fornecidos pelas situações reais da vida política. Novas condições da vida política têm voltado a atenção do estudioso para esta ou aquela direção. Se bem que Aristóteles não desconheça, por exemplo, o alcance da política externa na vida do Estado, não podia conferir ao seu estudo a importância que hoje nós lhe atribuímos. O mesmo sucede com outra série de relações e instituições políticas, algumas das quais foram desconhecidas de todo no mundo grego, e outras somente o foram de modo incipiente. Não poderemos, por exemplo, buscar, nos autores gregos, estudos sobre o regime representativo, o sufrágio universal (incluindo o voto feminino), o sistema de partidos, a representação proporcional, o Estado federativo, a organização internacional, como não poderemos encontrar grandes desenvolvimentos relativos aos temas de propaganda política, opinião pública, etc.

MAIOR CONSCIÊNCIA DAS LIMITAÇÕES DA SOCIOLOGIA POLÍTICA

III — No tratamento de todos os seus assuntos, o estudioso da política tem hoje mais consciência das dificuldades da sua tarefa do que em qualquer outra época. Em alguns autores, a convicção das limitações inerentes a êsses estudos aprofundou-se de tal modo que os levou a um ceptismo generalizado quanto à possibilidade de um conhecimento verdadeiramente *científico* sobre a vida política.

Caracterizada, genéticamente, em grande parte como uma *ciência da crise*, a Sociologia Política passou a ser olhada, e por muitos ainda é encarada, como uma *ciência em crise*. As dúvidas que se acumularam em nossa época sobre a validade científica dos estudos políticos, — e que atingem, aliás, todo o conhecimento sociológico em geral —, iniciaram-se desde a filosofia de Hegel, para quem a visão da sociedade e da cultura refletia o estágio de desenvolvimento do “espírito universal”. Como este é auto-impulsionado por um processo dialético ininterrupto, toda verdade conquistada será fatalmente superada pelo curso da história, cujas etapas representam as fases de auto-revelação progressiva do “espírito universal”. A razão universal de Hegel é, pois, bem diferente da razão a-histórica ou atemporal do racionalismo da Revolução Francesa. É uma razão histórica, que mergulha no fluxo da vida da sociedade e da cultura e com ele se identifica. Toda tese está fadada a retirar, do seu próprio flanco, sua *negação* ou *antítese*, para, com o choque das duas, ambas se verem superadas e conciliadas numa *síntese*. Esta funcionará como uma nova tese, que, por sua vez, passará pelo mesmo processo trifásico, e assim sucessivamente. A razão individual não faz a história. Nem sequer pode compreender a etapa histórica que está vivendo. Quando começa a compreender uma fase histórica é sinal de que esta já se recolheu definitivamente aos bastidores do passado, sem possibilidade de retornar à cena da vida.

A inversão do idealismo hegeliano, operada por Marx, duplicou essa relativização da vida das idéias. Em Hegel, a relativização do pensamento à história não tira a autonomia ao mundo das idéias, pois estas se desenvolvem por um movimento interno do qual se origina a história. Na Filosofia da História marxista, o pensamento aparece, porém, jungido a fatores extra-intelectuais que dependem das condições da vida material da sociedade. Dêse modo, dentro de um mesmo período histórico, as visões sociais e políticas variam segundo as classes ou estratos em que se divide a sociedade. Marx, entretanto, ainda pôde achar uma saída para a possibilidade de um conhecimento científico da política, acreditando que em toda época há uma

classe social que se faz portadora do futuro, por força do lugar que ocupa no processo da produção econômica. É a classe revolucionária em contraposição a toda mentalidade que quer fazer parar o curso da história na altura mais favorável aos seus privilégios. Para o seu tempo e ainda para o nosso, a classe detentora dêsse monopólio da verdade seria o proletariado, do qual êle parece ter acreditado haver recebido a patente de intérprete de sua visão social e política.

Com o florescimento das várias correntes irracionalistas no campo da filosofia, a descrença quanto à validade científica da pesquisa política assumiu aspectos ainda mais radicais. A própria psicanálise, ressaltando a influência dos fatores inconscientes e irracionais no comportamento humano, concorreu, embora indiretamente, para reforçar as suspeitas de que a vida política em sua totalidade, — a teoria como a prática —, é um jogo de impulsos, ambições e interesses singulares. Em si mesmos, os fatos políticos não conhecem nenhuma ordem, e, se neles houvesse alguma regularidade de sucessão ou coexistência, a atitude inextirpavelmente irracional que o nosso espírito mantém diante dêles impossibilitaria o mínimo de neutralidade ou isenção requerido para o labor científico. Todas as teorias políticas cumprem apenas o papel funcional de servir de armas para a luta política, dando aos nossos anseios e tendências uma aparência racional. São “racionalizações” de desejos, para usar a linguagem freudiana; “derivações” de impulso, para falar como Pareto; “mitos” destinados a inflamar as emoções de luta; coberturas de nossa “vontade de poder”, conforme diria Nietzsche; veus que cada qual escolhe de acordo com as conveniências da sua procura do êxito político. Numa palavra, o que se rotula de saber científico em matéria política é apenas uma espécie mais rebuscada ou pretenciosa — e talvez mais hipócrita — de propaganda.

Consideramos que os argumentos dêsse tipo não destroem as bases de um conhecimento objetivo dos fenômenos políticos. Quase sempre os defensores dêsses pontos de vista costumam refutar-se a si mesmos, velada ou ostensivamente, reivindicando para as suas descrições ou interpretações da vida política

uma validade teórica de caráter geral. De qualquer modo, não conseguem convencer-nos de que a atividade política e as suas instituições constituem um domínio caótico, sem traços comparáveis em épocas e povos diferentes, como não conseguem negar que escritores pertencentes a diversas sociedades e eras encararam de modo semelhante aspectos semelhantes da realidade política.

Mas essas críticas, que não atingiram o objetivo de implantar o cepticismo quanto ao conhecimento científico da política, tiveram o mérito de despertar maior cuidado do estudioso para os obstáculos que, dentro e fora dêle, no seu íntimo e na sociedade, costumam atravessar-se no seu caminho para o saber político. Em linguagem esquemática, poderíamos classificar em três ordens os escôlhos que dificultam mais a pesquisa dos fatos políticos do que a dos fenômenos naturais: a maior complexidade do objeto de estudos e a limitação natural dos modos de pesquisa; a desfavorável condição do nosso espírito para tais investigações; as reações da sociedade e do Estado em que vive o pesquisador.

DIFICULDADES DA PESQUISA DECORRENTES DA PRÓPRIA NATUREZA DOS FENÔMENOS POLÍTICOS

Com o primeiro dos fatores que dificultam os estudos políticos, temos apenas uma diferença de grau de complexidade entre os fatos naturais e os sociais, exigindo do pesquisador dêstes um maior esforço na colheita dos dados e na sua interpretação. Uma limitação relevante para a pesquisa resulta da circunstância de ser praticamente nula a possibilidade da experimentação direta no campo da Sociologia, como decorrência não só dessa maior complexidade dos fenômenos sócio-culturais mas também por serem fatos da conduta humana. Sem dúvida, pode-se submeter um grupo — mais ou menos reduzido — de indivíduos a um determinado treinamento político a fim de investigar os seus resultados. Mas, além de ser uma experiência em escala insignificante, os seus resultados dificilmente poderão ser controlados de modo rigoroso, pois êles jamais poderão ser

tidos, com plena certeza, como efeitos daquele treinamento, uma vez que os indivíduos não poderão ser isolados completamente de modo que não sofram a influência de outros fatores do ambiente social. Quanto a fatos de maiores proporções, a impossibilidade da experimentação é evidente. O estudioso não poderá colocar uma sociedade em condições artificiais como faz o naturalista com muitos fenômenos que estuda no seu laboratório. Não poderá fomentar uma revolução, provocar uma crise econômica, suprimir a religião de um povo, etc., para estudar as suas consequências. Seria necessário, para tanto, que ele fosse um demiurgo possuído de uma insensível e depravada curiosidade científica.

OS INIMIGOS INTERNOS DO PESQUISADOR POLÍTICO

Mais importante, porém, é a segunda dificuldade, ou seja, a que resulta da posição em que se encontra o pesquisador em relação ao objeto do estudo. Em nosso domínio, não pode haver, como nas ciências naturais, uma nítida separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Este não é algo completamente externo, alheio ao estudioso ou dele independente. Estuda-se a vida política ou social, na qual o pesquisador está mergulhado ou em que participa como ser de carne e osso, com seus interesses e paixões, e não como um espírito desencarnado, pairando sobre o seu tempo e sua sociedade. Sua visão poderá ser tanto menos perturbada por esses fatores emocionais e volitivos quanto mais distanciado dele estiver, pelo grau de cultura, o grupo escolhido para estudo, como no caso de um povo primitivo. Mas, ainda aí, ele verá o outro grupo com a perspectiva adquirida na sociedade a que pertence. Se bem que a participação no grupo estudado, como veremos, possa ser útil ao estudioso, este não deve deixar-se submergir de todo pelo círculo de que faz parte. A essa vantagem de certo distanciamento talvez se devam alguns exemplos clássicos de grandes estudos de instituições políticas de certos povos, feitos por estrangeiros, como é o caso do estudo do grego Políbio sobre a constituição da República Romana, o do francês Montesquieu sobre o regime inglês do sec. XVIII, o do inglês Bryce ou do francês Tocqueville sobre a sociedade e a política nos Estados Unidos.

De modo geral, enquanto a condição de pobre ou rico, católico ou protestante, ateu ou místico, aristocrata ou igualitário quase nunca se faz sentir na pesquisa das outras ciências, no terreno sociológico ela funciona ora como antolhos ora como lentes, perturbando a exata visão das coisas. Embora êsses estorvadores do trabalho intelectual se originem na sociedade, ou, de modo mais preciso, decorram da posição ou do papel que o indivíduo tem no grupo, êles se interiorizam, enraizando-se mais ou menos profundamente no íntimo de cada qual. São fatores psico-sociológicos que nublam o espírito do investigador fazendo que se trate de antolhos e lentes invisíveis, pois o estudioso não sente a sua ação perturbadora como algo externo. Quase sempre não tem consciência da mesma, ou não suspeita da sua presença. É levado a conclusões que fogem da realidade possuído da maior boa fé e, por vêzes, com a maior convicção de estar sendo plenamente imparcial ou objetivo. Por isso mesmo, a luta contra essas causas de erro se torna tão difícil, porque exige um constante auto-exame, uma redobrada vigilância crítica, para certificar-se de que a fortaleza da inteligência não está minada pelos cavalos de Troia dos desejos e das paixões que nela penetraram disfarçada e subrepticiamente. Quanto mais duvidar de sua própria resistência, quanto menos confiar na sua vigília tanto menos cairá nas insídias dêsses adversários. Não deve jamais supor que, ao fechar a porta do seu gabinete de estudos, ficaram do lado de fora os preconceitos e interesses do seu grupo ou as suas preferências e fraquezas de homem, a quem "nada de humano é estranho". Constantemente deverá indagar a si próprio se está vendo na sociedade o que se possa realmente ou o que deseja ver; se é levado pela evidência dos fatos ou pelo que os anglo-saxônicos chamam *wishful thinking*.

OS INIMIGOS EXTERNOS DO INVESTIGADOR POLÍTICO

Mas êsses são os inimigos internos do pesquisador político. Seus inimigos externos são a sociedade, na medida em que êle diverge dela, o Estado e, em medida menor e decrescente em nossos dias, qualquer espécie de igreja. Se os pontos de vista do

estudioso político melindram os sentimentos nacionais, religiosos ou políticos do grupo, êle se expõe a uma reação mais ou menos severa de desagravo do orgulho coletivo. Esse perigo, a que também está exposto o cultor das ciências naturais, persegue mais facilmente o pesquisador social. O caráter geralmente desorganizado e difuso dessa reação torna-se menos temível do que a do inimigo organizado, o Estado. Na verdade, a conduta dêste para com os estudos políticos difere usualmente da que mantém em relação às ciências matemáticas e naturais. Estas costumam ser estimuladas pelo Estado, com o intuito de beneficiar-se com suas aplicações práticas, em especial com sua utilização na técnica militar.

Por vêzes, também encontramos interferência governamental perturbadora nesses domínios, como no caso do nazismo, que se opôs à teoria da relatividade por ser obra de judeu, ou fez torcer investigações biológicas, inclusive os estudos de grupos sanguíneos, no sentido de apoiar a doutrina da superioridade do arianos. É o que também se passa na U.R.S.S., onde uma determinada orientação de Genética, sustentada por Lysenko, conquistou as honras de ciência oficial, pondo no index quantos se conservaram fiéis aos princípios da intransmissibilidade hereditária dos caracteres adquiridos. Mas êsses exemplos são raros em comparação com os entraves governamentais que encontramos em nossa seara. Ainda nos casos lembrados, a intromissão do poder público em pesquisas biológicas teve como motivo as suas possíveis consequências políticas. Ao tentar atrelar a consciência científica do biólogo ao carro do Estado, o nazismo buscava no seu trabalho resultados favoráveis à doutrina racista, da mesma sorte que o govêrno russo olha uma Genética defensora da transmissibilidade hereditária dos caracteres adquiridos como uma útil aliada da concepção marxista do progresso.

Quando se trata de estudos sociais, cujos afeitos sôbre as ideologias políticas são mais diretos do que as das ciências naturais, os esforços para domesticá-los se tornam mais frequentes e intensos por parte do Estado. Na verdade, qualquer govêr-

no tem a tentação de transformar em um seu propagandista todo estudioso da política. O grau em que se deixa vencer por essa tentação varia com o regime político. Mas, se considerarmos que em todo governo há uma parte, por menor que seja, de assuntos sigilosos ou que não chegam ao conhecimento do público, teremos que convir que é inerente a toda estrutura de poder um mínimo de cerceamento da pesquisa política, pelo menos para o investigador que não participe dos seus órgãos supremos de decisão.

Regimes há, entretanto, em que a constrição aos estudos políticos se torna rígida e organizada, através de métodos que visem a impedir a circulação de certas idéias ou incidam mesmo sobre a liberdade ou a vida dos seus autores ou defensores. Tais métodos proliferam em todos os sistemas de pensamento dirigido, que assume sua máxima expressão nos totalitarismos, herdeiros e aperfeiçoadores de todas as espécies de inquisições religiosas. Enquanto a propaganda deturpa ou canaliza em certo sentido as fontes de informação, a censura as estanca ou racionaliza. Quando a camisa de força para as idéias se mostra insuficiente, atingem-se os seus adeptos com prisões, exílio ou morte. Sob regimes dessa ordem, todo estudo que não se constitua em louvaminha de suas excelências ou detratção dos seus adversários está fadado a por em movimento a máquina policial das perseguições. Na Alemanha de Hitler era praticamente impossível fazer um estudo do nazismo ou do comunismo, a não ser que assumisse, respectivamente, o caráter de apologia ou de diatribe. O mesmo pode-se dizer, invertendo-se os termos, em relação à Rússia Soviética. Para lutar contra os *ídolos* (no sentido baconiano deste termo) do conhecimento político que se escondem no seu próprio íntimo, o estudioso não precisa sair do plano teórico. Necessita, apenas, reforçar sua disciplina intelectual. Mas para lutar contra a intolerância, organizada ou não, é mister passar ao plano da ação. A fim de conquistar o direito de cultivar a sua ciência, o teórico passa a político militante, com maior ou menor dose de espírito heróico.

OS MÉTODOS DA SOCIOLOGIA POLÍTICA

IV — Afastada praticamente a experimentação direta, o sociólogo da política tem de valer-se da observação dos fatos ou do estudo da História, a fim de reunir os dados necessários para a sua elaboração teórica. O método histórico, jogando com os fatos do passado, registrados com o devido cuidado crítico, torna-se uma espécie de observação indireta, realizada com base nos testemunhos do que antecedeu o pesquisador — testemunhos representados por escritos, monumentos ou mesmo pela tradição oral. Somente através da História pode o estudioso alcançar uma perspectiva esclarecedora da vida dos grupos, instituições e fenômenos políticos, que se desenvolvem por longos períodos, cobrindo o espaço de tempo de várias gerações e até de muitos séculos. Todo homem de ciência é, de certo modo, devedor de seus antecessores. Mas é sobretudo no campo sociológico, dado o caráter histórico dos objetos estudados, que essa dependência se torna mais evidente. Muitos naturalistas poderão, no curso de sua vida, reproduzir os fenômenos investigados tantas vezes quantas bastem para permitir-lhes atingir conclusões seguras para a sua pesquisa. Um geneticista, por exemplo, que trabalhe com drosófilas pode obter, em um ano, mais de trinta gerações delas. Diferente será, sem dúvida, a situação do que se dedique à Genética humana. A soma de informação histórica exigida para o estudioso da política é, entretanto, mais considerável ainda. Mesmo acontecimentos que surgem, crescem e desaparecem diante dos olhos do observador exigem, quase sempre, um recuo na história para a compreensão das suas forças geradoras. Quem poderá entender, por exemplo, a Revolução Francesa sem fazer uma excavação mais ou menos longa da vida francesa sob o Antigo Regime, ou quem conseguirá uma justa compreensão das características das instituições políticas inglesas sem descobrir as suas raízes históricas?

Não só para a acumulação de material do passado e sua interpretação, o estudioso da política não pode, em geral, dispensar a ajuda alheia. Ainda nas investigações dos fatos seus contemporâneos quase sempre se faz mister igual colaboração,

pois o volume de dados e informações necessários impõe um trabalho de *equipe*. Também essa maneira de trabalhar talvez tenha sido ensaiada pelo próprio Aristóteles, pois é possível que tenha reunido colaboradores para o seu plano de coleta de dados históricos e exame de situações contemporâneas de 158 constituições, — plano que representa o primeiro exemplo de um grande inquérito sociológico em matéria política, associado, ao mesmo tempo, com indagações de Direito Constitucional comparado.

Os progressos metodológicos nos estudos políticos empíricos, depois do advento da Sociologia, fazem-se sentir nas diferentes técnicas de observação e colheita de dados, tais como a *entrevista*, o *questionário*, o *estudo de caso* (*case study*), a *estatística*, a *participação ativa*. Na verdade, êsses processos são velhos, pois foram empregados, embora sem o rigor sistemático da investigação moderna, por quantos se ocuparam de problemas da sociedade, e suas primeiras aplicações se verificaram justamente no campo da política, quer na prática quer na teoria. Nenhum dêsses processos é usado de modo exclusivo, mas, sim, concorrentemente com os demais.

Entrevistar uma pessoa é inquirí-la sôbre a matéria que é objeto de estudo. É processo tomado da prática quotidiana de toda gente, desde que houve sociedade, e usado principalmente pelo pesquisador ou pelo militante da política, os quais estão constantemente a interrogar ou a sondar as personagens importantes ou mesmo o homem comum sôbre opiniões, preferências, planos ou reações de caráter político. Embora se possa entrevistar alguém pelo telefone ou pelo rádio, a genuína entrevista pressupõe um contacto pessoal, e deve levar em conta não só as respostas expressas do entrevistado mas também os silêncios, vacilações ou qualquer reação valiosa para o bom intérprete.

Na hipótese em que o sociólogo considere certo indivíduo como bastante representativo de determinado grupo ou como índice muito expressivo das tendências ou fatos estudados, ampliará as informações da entrevista, e fará do mesmo um caso de estudo, reconstituindo-lhe a carreira da sua vida, pesquisan-

do as influências sofridas na sua formação e o papel que exerce no seu meio. O *case study* ou *case method* tem íntima ligação com a técnica da *life history*. Assume, assim, o aspecto de uma biografia em que o biografado serve principalmente para focalizar o seu meio social, ou lembra uma espécie de anamnese sociológica, porque interessada mais no diagnóstico da sociedade do que do indivíduo estudado. Na análise de certos problemas, como o da liderança, êsse processo é de grande utilidade.

Se o pesquisador não pode multiplicar suas entrevistas, e deseja conhecer o modo de sentir ou pensar de um grupo mais ou menos numeroso de indivíduos, lança mão do *questionário* ou lista de perguntas, que pode ser apresentada aos interrogados pelo investigador diretamente, por terceiros ou por correspondência. Tanto a entrevista como o questionário são processos que dependem muito da colaboração dos indivíduos interrogados, e exigem do estudioso um acurado exame e controle da sinceridade das respostas. Mas ainda quando estas são falsas ou artificiais não deixam de ser dados interessantes para o investigador experimentado. A mesma cautela deve haver no uso de outros elementos também interessantes, como as memórias e auto-biografias.

A estatística, por meio da qual obtemos a expressão quantitativa dos fenômenos políticos, ou informações sobre o volume e frequência de certos dados, é tão imprescindível que, antes de ser usada pelos teóricos, foi utilizada pelos homens de governo. Para a colheita de alguns desses dados pode-se prescindir da entrevista ou do questionário. Outros, porém, exigem a sua combinação, como, por exemplo, nas pesquisas de opinião pública. O processo mais usado pelos diferentes institutos de pesquisa da opinião pública é o de "amostras", no qual se procura obter uma espécie de mapa da opinião, inquerindo certo número de indivíduos de diferentes regiões, condição econômica, cultural, religiosa, profissional, etc., em proporção equivalente à que cada uma dessas categorias representa na população total. É um processo difícil e dispendioso, que exige uma *equipe* numerosa de pessoas habilitadas para colher essas "amostras de opinião" num grande território e numa popula-

ção considerável. Quando a sondagem de opinião é feita com critério científico, seu resultado fornece, pelo menos, uma orientação aos partidos ou aos governantes. Nem toda previsão não confirmada pode ser tida como erro, pois a opinião pública é um processo dinâmico e não estático, podendo ser alterada de uma hora para outra por novos fatores, ainda não em jogo no momento do inquérito. Numa contenda eleitoral, fatos novos, como os efeitos da campanha ou até a chamada "mentira da última hora" (*last minute lie*), podem fazer o fiel da balança mover-se para o lado oposto (4). Tendo-se em mente essa circunstância, torna-se difícil dizer se o mais famoso dos institutos de opinião pública, o *Gallup Poll* errou realmente ao prognosticar a derrota de Truman pelo seu competidor Thomas Dewey, em 1948, uma vez que a eleição não foi feita no mesmo momento em que se processou a sondagem da opinião. Por outras palavras, não sabemos se, ao recolher as respostas do inquérito, a maioria do país, era de fato favorável a Dewey, e se a vantagem de Truman não foi conquistada depois dessa data, como fruto do desenrolar dos acontecimentos, inclusive os efeitos positivos da sua propaganda ou os efeitos negativos da propaganda oposta.

Na entrevista ou no questionário, temos exemplos de observação *ativa*, distinta da observação *própriamente dita*, que é de caráter *passivo*, porque o pesquisador se limita a verificar de fora os fenômenos, como espectador que registra o que se passa, sem inquirir os atuantes da cena social. Mas o estudioso, além daquelas duas formas de observação, pode atingir uma intimidade ainda maior com os fatos investigados, ou um grau mais elevado de atividade na observação. É o que se verifica através da observação *participante*, que consiste na *participação ativa* nos fatos que se estuda, ou em viver os fenômenos investigados. De certo modo, existe sempre esse mínimo de participação, pois o pesquisador jamais é um estranho completo à socieda-

(4) Nas eleições brasileiras de 1945, tivemos um exemplo com a chamada "campanha do marmiteiro", que não deixou de retirar muitos votos do Brigadeiro Eduardo Gomes em benefício do seu concorrente, General Eurico Dutra.

de que estuda. Mas essa participação pode ser consciente e até procurada. Suas vantagens são inegáveis, embora também existam riscos, como já sabemos. Se queremos ter, por exemplo, uma idéia da vida de uma grande cidade, lucraremos mais em participar da mesma durante algum tempo do que com a leitura das mais minuciosas descrições, manuseio de estatísticas, ilustrações fotográficas ou até com o uso de projeções cinematográficas. Todos êsses dados são valiosos, mas se tornarão mais esclarecedores se forem associados à experiência vivida no seio do agrupamento estudado. No domínio político, a valia do processo justifica a afirmativa de Bryce de que "o melhor meio para adquirir um genuíno e exato conhecimento de primeira mão dos fatos é meter-se na política prática" (5). Podemos aprender muito sobre uma campanha eleitoral acompanhando, como espectador, o desenrolar da luta. Mas a visão interna desta e muitos dos seus problemas se farão mais claros se nos tornarmos concorrentes e entrarmos na liça.

Sem dúvida, o perigo da participação ativa consiste em que nos contagiemos do entusiasmo ou da paixão do combate, cerceando de tal modo nosso horizonte visual que as árvores nos impeçam de ver o bosque. Podemos entrar na política guiados pela vontade de verdade, e acabar sacrificando esta pela vontade de poder que escraviza os adictos da ação política. Há mister, pois, de certo poder de libertação intelectual, ou da capacidade de desvencilhar-se de certos liames da atuação prática, para que o militante não asfixie o teórico. O equilíbrio entre essas duas facetas não é, sem dúvida, tarefa fácil. A absoluta predominância do teórico simbolizaria êsse ideal de libertação no exemplo de um estudioso das religiões que pudesse converter-se a todas elas para, depois, as apostatar, ou de um pesquisador da política que sucessivamente pudesse viver todos os credos e participar de todas as organizações políticas, e, em seguida, abandoná-los para encará-los do ponto de vista de Sirius; enxergar, agora, os fenômenos com os olhos abrasados pelo calor da inti-

(5) "The best way to get a genuine and exact first-hand knowledge of of the data is to mix in practical politics". *Modern Democracies* The Macmillan Company, N. York, 1921, 1.º vol., p. 16.

midade, para vê-los, depois, com os olhos indiferentes do estranho. Já se vê que não é possível nem desejável essa monstruosa disponibilidade de espírito. Da mesma sorte que o psiquiatra não necessita viver tôdas as experiências íntimas dos seus clientes, bastando-lhe para seus objetivos profissionais certa dose de empatia, nem sempre será necessário ao pesquisador viver todos os papeis do drama político. Aproximações e afastamentos sucessivos dos fatos estudados, numa hábil conciliação de simpatia e espírito crítico, constituem a fórmula de difícil ensino ou o segredo dos grandes mestres da pesquisa sociológica.

Como arremate a estas considerações sobre métodos, devemos observar que esta sumária descrição das técnicas de colheitas de dados não nos deve levar a crer que a pesquisa política seja um mero colecionar ou armazenar de fatos ou de material. Esse trabalho é apenas um meio para o avanço científico, que se verifica através da comprovação de hipóteses ou das respostas provisórias que se dão aos problemas formulados. Depois de uma primeira fase de observação a esmo ou sem plano, surge uma pergunta ou problema no ânimo do investigador, para a qual ele levanta uma hipótese, e esta passa, então, a dirigir, como fio condutor, as observações posteriores, elevando-as ao estágio de observação controlada ou dirigida. Dêsse modo, se é a hipótese que dirige a investigação, será esta que irá confirmar ou negar a hipótese.

A ARTE POLÍTICA

Podemos indagar, agora, se a Sociologia Política tem alguma utilidade prática, ou, por outras palavras, se ela pode, como as demais ciências positivas, servir de fundamento a uma arte. A resposta já foi dada antecipadamente, pois se admitimos a validade científica da Sociologia Política não podemos por em dúvida a existência da Arte Política, ou seja, de um conjunto de fórmulas ou de receitas que oriente a ação do homem prático na procura dos seus objetivos políticos. Observemos, apenas, que esta é, como muitas outras, uma arte compósita, que não se baseia nos dados teóricos de uma só disciplina. Além dos en-

sinamentos da Sociologia, a Arte Política não dispensa os subsídios de tôdas as ciências que possam contribuir para o conhecimento da sociedade e do comportamento dos seus componentes, tais como a História, a Economia, a Psicologia.

A Arte Política está naturalmente pressuposta, pelo menos em forma rudimentar, por quantos se lançam à ação política. Assim como se diz que toda convivência social pressupõe um mínimo de conhecimento ou previsão sociológica sobre as reações dos nossos semelhantes, podemos também dizer que para agir politicamente todo governo ou particular lança mão de um mínimo de informações. Os censos de população, o cálculo dos efetivos militares, a estimativa dos recursos naturais e técnicos, as sondagens da opinião pública são empregados pelos governos de tôdas as épocas, variando apenas na precisão das técnicas de colheita e interpretação desses dados. De igual sorte, todo aquele que pretende fazer uma reforma governamental, fundar um partido político ou disputar uma eleição, ainda que não saiba da existência da Sociologia, calcula, de modo mais ou menos acurado, as consequências de sua iniciativa e suas possibilidades de êxito.

A EFICÁCIA DA ARTE POLÍTICA

Perguntar-se-á qual o grau de eficácia da Arte Política. Escreveu Comte que as possibilidades de aplicação prática de uma ciência são tanto maiores quanto mais complexa ela seja. Já sabemos, porém, que não podemos participar desse ponto de vista e, conseqüentemente, do seu optimismo em relação à Sociologia. A complexidade dos fatos políticos e os conhecidos fatores que dificultam sua pesquisa objetiva diminuem o grau de certeza dos nossos estudos e tornam mais limitadas suas perspectivas de aplicação. Por outro lado, ainda quando as fórmulas teóricas são acuradas, seu emprêgo prático é quase sempre restringido pela dificuldade de controlar-se todos os fatores responsáveis por uma determinada situação política.

Além dessa restrição de caráter particular, existe a de ordem geral, que atinge toda espécie de arte, cujo domínio não requer apenas certa bagagem de conhecimentos, mas, também,

qualidades pessoais, algumas delas inatas. Aplica-se ao caso a mesma observação feita por William James ao iniciar um curso de Psicologia para professores. Tratou êle de advertí-los de que não esperassem ser bons mestres pelo só fato de saberem Psicologia. É que o magistério, como arte que é, não depende só da teoria, mas exige interesse, gosto, tato, poder de transmitir o conhecimento, vocação. Pode-se estender a comparação a outras formas de atividade. Assim como se pode saber muita gramática e jamais chegar a ser um escritor, saber muita retórica sem conseguir ser um orador, saber muito desenho sem alcançar ser um bom pintor, saber muita lógica e não atingir ser um pensador, também se pode dominar a Ciência e a Arte Políticas sem jamais se converter num grande político ou num autêntico estadista. Para tanto há mister de qualidade que não se adquirem na leitura dos compêndios ou ouvindo-se preleções. A simpatia natural, o tato, a comunicabilidade, a extroversão, a capacidade de trabalho, a boa memória (em especial para nomes de pessoas), a argúcia, a vivacidade estão nessas condições. Inclusive certos atributos físicos, como a resistência à fadiga, um sorriso insinuante, uma voz agradável ou "radiofônica", como a de Franklin D. Roosevelt, podem ser de inestimável valia para o político. Por êsse motivo é que tantas vezes vemos vencer na política homens dirigidos apenas pelos seus dotes naturais, ou que não suspeitam, sequer, existir uma Ciência ou uma Arte da Política. Isso não nos deve levar à afirmativa de que a Arte Política é inútil. É claro que, na hipótese de dois indivíduos colocados em situações idênticas e equipados com os mesmos dotes naturais e adquiridos, sendo um desprovido de cultura política e o outro aprimorado no seu cultivo, êste último estará fadado a levar a dianteira sôbre o primeiro.

A ARTE POLÍTICA E OS VALORES ÉTICOS

Perguntar-se-á se entre os fatores pessoais favorecedores do triunfo na vida pública não devemos incluir certa dose de insensibilidade moral. Levanta-se, então, o problema do valor moral da Arte Política, e quase sempre se sustenta que esta não passa de uma técnica desumanizadora, que, abafando a voz da consciência, ensina ao homem todos os processos diabólicos

de domínio sobre os seus semelhantes. Se é verdade que as asperezas da luta política não são o clima propício para os sensíveis, devemos, porém, reconhecer que a Arte Política, como qualquer outra, não é moral nem imoral. Tanto pode ser orientada para o bem como para o mal, para um objetivo justo ou injusto. Os fins a que a Arte Política deve servir não dependem dela, pois o problema dos fins não pertence a nenhuma ciência ou arte. É questão que transcende a sua esfera, e somente pode ser respondida pela concepção do universo ou pela tábua de valores a que adira o cientista político. Na Arte Política, encontram-se fórmulas para os mais diversos objetivos, como numa farmácia se acham, ao lado de diferentes venenos, os seus antídotos. Com as lições da Química, aprende-se tanto a preparar sedativos reparadores como tóxicos mortais. A Bacteriologia que ensina a fazer culturas terapêuticas também pode fornecer o arsenal para a guerra bacteriológica. As técnicas cirúrgicas podem dar a um os meios de salvar uma vida, e a outro podem servir para a prática de um crime perfeito. De igual modo, as receitas da Arte Política tanto podem ser postas a serviço de uma ordem liberal como de um regime despótico.

Como consequência disso, o cientista político, na sua função de conselheiro de organizações políticas, tanto pode exercer o papel do secretário maquiavélico como o de auxiliar da consolidação de uma ordem política preservadora da dignidade humana. Na medida, porém, em que ele interessar toda a sua personalidade em seu trabalho, terá de julgar-se responsável pelos fins a que serve e ser fiel ou infiel aos valores morais que apelam para sua consciência. Sempre que não estejam em jogo esses valores, ele deverá e poderá manter a neutralidade funcional do consultor. Quando as questões sobre as quais é ouvido dizem respeito, entretanto, ao destino do homem, ele passa a ser também interessado na causa, devendo optar entre ser colaborador ou opositor da política dominante. Nos regimes de liberdade, essa opção pode ser feita sem maiores consequências, mas, nos regimes intolerantes, a decisão de não fazer o papel de cúmplice pode significar o fazer-se vítima heróica da opressão.

Há, pois, momentos em que, sob o cientista político, se

ergue a voz do homem e do cidadão, que vive e sente os efeitos da organização política. Sua absoluta neutralidade perante os valores sòmente poderia resultar de uma monstruosa abstração entre seu lado técnico e o seu lado humano e cívico, por fôrça da qual se convertesse num cérebro mecânico ou em mais um *robot* a serviço da opressão. Falando com mais rigor, devemos dizer que essa separação jamais se verifica, pois o conselheiro político ou se identifica totalmente com o grupo detentor do poder ou se sente responsável perante o conjunto da coletividade. Sòmente na primeira alternativa êle estará livre, — se bem que a garantia não seja absoluta —, do recochete dos seus atos e opiniões, podendo chegar até o ponto de encarar os governados como componentes de uma sub-espécie animal diversa da sua e sôbre a qual a elite governante procederia com o desembaraço amoral de quem domina e explora simples fôrças da natureza. Mas, se o cientista político não possui ou recusa êsse terrível privilégio, seu próprio senso de legítima defesa haverá de advertí-lo de que servir cegamente ao poder político poderá fazer-lhe reviver a tragédia do aprendiz de feiticeiro, libertando fôrças diabólicas que poderão esmagar não só o homem mas o próprio cientista. É que o poder totalitário poderá transformar o homem em mero instrumento de uma máquina desumana de disciplina, e acabar com as condições essenciais da atividade científica. Num regime onde não haja o direito de duvidar, a ciência morrerá de inanição, transformando-se a vontade da verdade em serva dócil da vontade de poder.

Os perigos dessa zootécnia humana, que não são temores imaginários se tivermos em mente as experiências totalitárias do nosso século, sòmente poderão ser conjurados se todos os meios de domínio sôbre a natureza e sôbre o homem, se todo o saber e tôdas as artes humanas — e em particular a Arte Política — não forem monopolizados por uma casta dominante. Se

queremos evitar que a Arte Política não passe de uma técnica de dominação insensível aos valores éticos, devemos difundir o mais possível um mínimo de conhecimentos políticos entre todos os cidadãos. Eles são tão necessários — senão mais necessários — do que muitos conhecimentos que se procuram ministrar a toda gente. Para garantir uma sociedade de decência humana há necessidade de que todos adquiram certa soma de saber político, assim como todo indivíduo precisa ter algumas noções de higiene para defender-se contra as doenças, ou ter alguns rudimentos de ciência da nutrição para preservar a saúde.

Tôda gente acha imprescindível que desde criança sejamos ensinados a respeito dos perigos de toda ordem, naturais ou técnicos, que nos cercam. Quantos desastres não ocorreriam a toda hora, se poucos conhecessem quais as consequências da electricidade! No entanto, raros são os que sabem quais as consequências da sua conduta política, por mais reduzida que seja, como, por exemplo, a do simples ato de votar. Mais raros ainda são os que se dão conta do estupendo poder de contrôlo sobre nosso corpo e nosso espírito que cada vez mais se acumula e concentra nas mãos dos governantes, em virtude dos grandes progressos da técnica mecânica, biológica e psicológica.

A Arte Política pode assumir variados aspectos em épocas e lugares diferentes, de acôrdo com os objetivos visados. Num regime de absolutismo monárquico, ela é apenas a arte de conseguir a obediência passiva, se olhada do ponto de vista do príncipe. Encarada pelo prisma das camadas privilegiadas, converte-se na arte de adular o monarca, e visa apenas a formar o cortesão. Nas democracias de multidões primárias e apaixonadas, ela é a arte de cortejar o povo, de quem o demagogo é, como já conceituara Aristóteles, o adulator esperto. Mas a Arte Política pode ser também a arte de servir ao povo ou à coletividade, a arte do estadista. Para tanto, é mister que seja também a arte

de ser bom cidadão. Mais importante do que o seu papel como arte do governante é a sua tarefa de arte de ser bom governado ou bom liderado. É a arte da vigilância constante, da desconfiança inteligente ou da suspeita salutar do poder. Uma arte que envolve periódicos exames de consciência sôbre as próprias fraquezas e uma permanente fiscalização das fraquezas dos poderosos, porque sômente assim se evitará que a política não seja mais do que arte de negociar com as fraquezas alheias, em proveito próprio. A arte de ser liderado conscientemente não perde de vista o axioma de que cada povo tem o govêrno que merece, e, por isso, é a arte de sentir-se corajosamente responsável em face do poder político e, ao mesmo tempo, exigir constantemente a prestação de contas dos seus detentores. Difícil arte, — dir-se-á—, mas imprescindível para que os homens do poder sejam antes servidores responsáveis do bem comum do que senhores irresponsáveis dos nossos destinos.
